

# TRADIÇÃO E PODER: A GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA, DE JOÃO DE BARROS (1540)

Patricia Rafaela Otoni Ribeiro<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre a abordagem gramatical de João de Barros na obra *Gramática da língua portuguesa (1540)*. Partindo de uma análise interpretativa e historicamente situada de *A cartinha*, *Gramática da língua portuguesa* e *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, evidencia-se como a influência da tradição greco-latina encontra-se presente na base do discurso e da estrutura gramatical do autor, com o respaldo teórico de Buescu (1978), Law (1987), Neves (1987), Auroux (1992), Baratin (1994) e Desbordes (1995). Além disso, destaca-se que a recorrência ao latim, no momento histórico do Renascimento (século XVI), é uma estratégia de comparação para propagar a soberania da língua portuguesa e do Império Português.

## PALAVRAS-CHAVE

Discurso gramatical. Tradição greco-latina. Gramática da língua portuguesa.

## TRADITION AND POWER: THE GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA (GRAMMAR OF THE PORTUGUESE LANGUAGE), BY JOÃO DE BARROS (1540)

## ABSTRACT

*This paper aims to reflect on the grammatical approach of João de Barros in the Gramática da língua portuguesa (Grammar of the Portuguese Language) (1540). Starting with an interpretative analysis and historically contextualization of Barros's works such as A cartinha (The Abecedarium), Gramática da língua portuguesa and Diálogo em louvor da nossa linguagem (Dialogue in praise of our language), we highlight the influence of the Greek-Latin tradition is fundamental to the discourse and the grammatical structure of the author, also drawing upon the work of Buescu (1978), Law (1987), Neves (1987), Auroux (1992), Baratin (1994) and Desbordes (1995). Furthermore, we underscore that the resort to Latin, in the historical moment of the Renaissance (XVI century), function as a comparison strategy aimed at propagating the hegemony of the Portuguese language and the Portuguese Empire.*

## KEYWORDS

*Grammatical Discourse. Greek-Latin Tradition. Portuguese Grammar.*

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2017) e professora assistente da Universidade do Estado do Amazonas.

## Introdução

A *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros, publicada em 1540, apresenta, em seus fundamentos, a forte influência da tradição gramatical. Mais do que aspectos estruturais – como as partes da gramática –, o discurso gramatical de João de Barros fundamenta-se sobre as bases das *artes grammaticae* e pauta-se, especialmente, na estratégia de aproximação entre a língua portuguesa e o Latim, a qual pode ser inferida em diversos trechos da obra. Nessa direção, a recorrência ao Latim na obra pode ser entendida como uma comparação atrelada às dimensões de poder e soberania, necessárias ao contexto em que a obra foi produzida, ou seja, ao período de expansão do império português.

Tendo isso em vista, o presente estudo visa apontar como essa comparação é feita e, ainda, analisar a motivação ideológica do discurso gramatical sobre a língua portuguesa de João de Barros (1540). Para tanto, organizamos este trabalho do seguinte modo: primeiramente, fazemos um breve histórico da tradição gramatical, destacando pontos

fundamentais para a compreensão da configuração da *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros (1540), cuja edição encontra-se disponibilizada na Biblioteca Nacional Digital de Portugal; em seguida, apresentamos a obra de João de Barros, enfatizando sua estrutura e elencando a influência greco-latina no que se refere à organização da gramática. Posteriormente, mostramos como a mensagem da soberania da língua portuguesa é transmitida mediante o discurso referenciado pela tradição grega e latina. Por fim, tecemos considerações sobre a importância de se compreender a obra de João de Barros sob a ótica histórica e, assim, entender as origens dos estudos gramaticais sobre a língua portuguesa.

### **Antecedentes da *Gramática da língua portuguesa* (1540)**

A história das gramáticas é bastante anterior a da ciência linguística. Enquanto a Linguística se consagra como ciência no final do século XIX, o interesse pela linguagem inicia-se na Grécia, em épocas imemoriais, mas é no período helenístico que vemos a elaboração das primeiras “artes gramaticais”, como a de Dionísio

Trácio (séc. II a.C.).

O nascimento da gramática, assim, dá-se devido à reflexão sobre a escrita, sobretudo a escrita literária. O intuito principal dos primeiros gramáticos gregos era o de ensinar a técnica da linguagem para que se pudessem ler os textos do cânon poético, especialmente Homero, ou seja, a gramática nasce para refletir sobre um período anterior a desenvolvimento dessa metalinguagem, não contemporâneo a ela.

Na Antiguidade, o gramático era, portanto, considerado um “intérprete dos poetas” (*poetarum interpres*), espécie de exegeta, e, até certo ponto, espécie de “crítico literário”. Aliás, é nessa mesma arena que se forjara a definição seminal de gramática, aquela oferecida pelo gramático alexandrino Dionísio Trácio, que teria ensinado em Rodas, entre 170 e 90 a.C., em sua *Téchne grammatiké* – por alguns críticos considerada o primeiro tratado gramatical supérstite:

A gramática é o conhecimento empírico do que é dito, frequentemente, nos poetas e prosadores. Seis são suas partes: a primeira, leitura exercitada segundo a prosódia; a segunda, a exegese dos tropos poéticos

encontrados; a terceira, a atualização espontânea dos termos obscuros e das histórias; a quarta, a busca pela etimologia; a quinta, a consideração da analogia; a sexta, a avaliação dos poemas, a qual é o que há de mais belo de todas que há na arte.

Em seu desenvolvimento, “o interesse prático da gramática se estende da filologia (no sentido lato do acesso ao texto escrito), que é o seu lugar de origem, em direção ao domínio das línguas, aí compreendidas as línguas maternas” (AUROUX, 1992, p.36). As obras de cunho gramatical (*artes grammaticae*), que se encontravam influenciadas tanto pela vertente filológica quanto pela lógica grega, mantinham a preocupação com a leitura dos textos, mas compreendiam, também, a descrição da organização do discurso (*partes orationis*). Dessa maneira, como destaca Aurox (op. cit., p.36), “a gramática se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las”.

Na educação romana, o estudo gramatical envolvia três partes para que se denominasse uma *téchné grammatiké*, como destaca Law (1987, p.12): o exame

da *littera* (os sons da língua, para compreensão de como ler textos em voz alta), um estudo das *partes orationis* (as definições, propriedades e mecanismo das categorias de palavras, que conferiam a “lógica” do discurso) e uma análise dos *vitia et virtutes* (as figuras e os vícios de linguagem, a partir dos textos literários referenciais), de sorte que gramática latina se configurava como uma confluência de tradição eminentemente estoica (afim ao exame lógico da língua) e alexandrina (voltada para os estudos filológicos) (Baratin, 1994).

No entanto, com o passar do tempo, o mundo latino passou por uma situação histórica bastante particular que precisou alterar a orientação pedagógica da gramática, devido à expansão do Império. Auroux (1992, pp. 41-42) destaca que: “as crianças gregas ou latinas que frequentavam a escola do gramático já sabiam sua língua, sendo a gramática só uma etapa do acesso à cultura escrita. Para um europeu do século IX, o latim é, antes de tudo, uma segunda língua que ele deve aprender”.

Após séculos depois da

chamada “queda de Roma”, quando os diferentes falares românicos foram se afastando progressivamente da variedade “cultura” do latim e ganhando o *status* de línguas, a elaboração de seus instrumentos linguísticos – especialmente suas gramáticas – manteve a influência da gramática latina (e, conseqüentemente, da grega). No período renascentista (dos meados do século XIV ao final do século XVI), quando houve um momento de gramatização massiva das línguas, a referência ao latim e o resgate da tradição funcionava como argumentos de poder da língua vernácula. Como afirma Auroux (1992, p. 44): “a gramatização (a base do latim) de um vernáculo europeu pode igualmente servir de partida para uma outra língua e lhe transmitir sua ‘latinidade’”. Esse fenômeno é bastante evidente na *Gramática da língua portuguesa*, de autoria de João de Barros em 1540, como será abordado a seguir.

### **A Gramática da língua portuguesa, de João de Barros (1540)**

A *Gramática da língua portuguesa* elaborada por João de Barros (1540) é a segunda gramática da língua portuguesa,

mas considerada como a “primeira verdadeira gramática” dessa língua, uma vez que a de Fernão de Oliveira (1536) seria uma “primeira anotação da língua portuguesa” (cf. BUESCU, 1978, p. 61).

Produzida no período do Renascimento (séculos XV e XVI), a obra de João de Barros busca uma descrição gramatical da língua portuguesa, a partir de quatro partes: ortografia (letra), prosódia (sílabas), etimologia (dição) e sintaxe (construção). Além dessa parte descritiva, a edição analisada possui, logo no início, a *Cartinha* e, ao final, o *Diálogo em Louvor da nossa linguagem*.

A obra se apresenta com uma finalidade pedagógica. Na primeira parte, ou seja, na *Cartinha*, cuja dedicatória destina-se ao “Príncipe nosso senhor”, é apontado o objetivo de “levar os meninos a facilmente aprender a ler” (p. 1). Entretanto, o seu intuito vai além do ensino da leitura. Ao definir a sua “gramática”, João de Barros acrescenta-lhe outra função: a de ensinar “o modo certo e justo de falar e escrever, colheito de uso e da autoridade dos barões doutos” (p. 2). Portanto, já no

início, evidencia-se o prestígio na escolha de determinados usos da língua para a descrição gramatical.

A influência da tradição gramatical greco-latina é outro aspecto que vem destacado logo no início da obra de Barros. A explicação sobre a própria definição de gramática (“Gramática é vocábulo grego” (p. 2)) e a origem dos termos utilizados (“usando os termos da Gramática latina cujos filhos nós somos” (p. 2)) mostram que o autor elaborou sua obra aos moldes da gramática greco-latina.

A estrutura da obra segue uma organização a partir dos títulos, os quais aparecem na seguinte sequência:

- *A Cartinha*
- Definição da gramática e as partes dela
- Definição das letras e número delas
- Da sílaba e seus acidentes
- Da dição
  - Do nome
  - Do pronome
  - Do verbo
  - Do advérbio
  - Da preposição
  - Da interjeição

- Da construção
- Das figuras
- Da ortografia
- *Diálogo em louvor da nossa linguagem*

Estruturalmente, se comparada à primeira gramática grega de Dionísio Trácio, do século II, o “esqueleto” é bastante semelhante. Em essência, a diferença fundamental se deve à ampliação da função da gramática ao longo da história, uma vez que, em Dionísio, havia uma preocupação com a leitura e com o tom voltado para poetas e prosadores, e, em Barros, além do objetivo de “ensinar os meninos a lerem”, há a preocupação com “o modo certo e justo de falar e escrever”.

Por outro lado, é nessa diferença que se identifica a importância de situar a abordagem gramatical de modo relacionado à história. Como acentua Auroux (1992, p. 29), “as grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura, do mesmo modo que dela procedem”.

Na *Téchné grammatiké* de Dionísio Trácio havia a necessidade de se ensinar a correta leitura dos textos dos poetas e prosadores a fim de recuperar aquilo que se havia perdido pela mudança linguística, como destaca Neves (1987). Já em João de Barros, a preocupação com a leitura dos textos clássicos foi substituída pela necessidade de buscar uma homogeneidade linguística, tanto escrita como falada, devido à expansão territorial do Império de Portugal. Tratava-se, portanto, de uma preocupação também com a linguagem contemporânea ao gramático.

Apesar dessa diferença historicamente situada, é também devido ao momento histórico do Renascimento que se observa a necessidade do autor em assegurar a influência da tradição gramatical greco-latina em sua obra (conforme apontado na seção anterior). No desenvolvimento da gramática, encontram-se sinais nítidos de que João de Barros buscava aproximar a língua portuguesa dessa tradição.

Cabral e Pantaleoni (2012) defendem que “os autores das gramáticas vernaculares do

Renascimento, dentre eles João de Barros (1540), buscaram fundamentação em duas fontes: a grega antiga (Dionísio de Trácia) e a latina (Prisciano). No entanto, é possível observar que as referências aos gregos e aos latinos são muito maiores e mais diversificadas do que as estudiosas apontam. Na obra, encontram-se remissões a: *Sócrates* (p. 33), *Platão* (p. 33), *Aristóteles* (pp. 33, 38, 55), *Alexandre* (pp. 33, 38), *César* (pp. 33, 38), *Anibal* (pp. 33, 38), *Pompeu* (pp. 33, 38), *Pirro* (p. 33), *Quintiliano* (pp. 34, 45, 59), *Heitor* (p. 38), *Virgílio* (pp. 38, 39, 43, 55), *Homero* (p. 38), *Prisciano* (p. 40), *Ovídio* (pp. 51, 55), *Prometeu* (p. 51), *Heródoto* (p. 51), *Petrarca* (p. 51), *Horácio* (p. 56), *Túlio* (pp. 56, 57) e *Lívio* (p. 57). Todos esses grandes nomes são citados em sua obra, seja como referências diretas ou disfarçados como exemplos.

João de Barros também se revela interessado em aproximar a estrutura gramatical da língua portuguesa à língua latina, como se observa desde o início de sua obra, quando afirma que examinará a língua “não segundo convém a ordem especulativa, mas

como requer a perceptiva, usando dos termos da gramática latina, cujos filhos nós somos, por não degenerar dela” (p. 2). Para Barros (2001, p. 28),

o emprego de um mesmo sistema gramatical para o latim e o português justifica-se, em João de Barros, de quatro modos: a língua portuguesa é filha da latina; as duas línguas - latim e português - são semelhantes, tendo elas, em geral, os mesmos fatos linguísticos; a gramática latina fornece a metalinguagem científica necessária ao estudo do português; há nomes já tradicionais, conhecidos, seja pelo uso, seja por serem “próprios”, “naturais”, nos fatos de linguagem. Discordâncias dos gramáticos latinos praticamente não existem.

Preocupado com os termos adotados, o autor, a todo o momento, faz ressalvas sobre a nomenclatura e definições adotadas pelos gregos, hebreus ou latinos. Seguem alguns exemplos:

Artigo: que é próprio dos gregos e hebreus. Nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição: que tem os latinos (p. 2).

Letra (segundo os gramáticos) é a mais pequena parte de qualquer dição que se pode escrever: a que os latinos chamaram de nota, e os gregos caráter, por cuja valia e poder formamos palavras. (p. 3). [...] a que os latinos chamam, Etimologia, que quer dizer

nascimento da dição: se quisermos buscar o fundamento e raiz donde vieram os nossos vocábulos, seria ir buscar as fontes do Nilo (p. 4).

Basta saber que temos latinos, aravigos, e outros de diversas nações que conquistamos e com quem tivemos comércio: assim como eles tem outros [vocábulos] de nós (p. 4).

Gênero no nome é uma distinção pela qual conhecemos o macho da fêmea e o neutro de ambos. Os latinos conhecem o gênero dos seus nomes, uns pela significação, outros pela terminação: dos quais fazem estes sete gêneros, masculino, feminino, neutro, comum a dois, comum a três, duvidoso e confuso. Os gregos dado que tenham estas diferenças de gênero, conhecem-no por artigos. Os hebreus por artigos e terminação. Nós não somente conhecemos o nosso gênero por significação como os latinos, mas por artigos, como os gregos (p. 9).

Como os advérbios são muitos, assim tem diversas significações as quais não podemos compreender todas para reduzir em regras gerais, somente porei algumas conformando-me com a ordem dos latinos (p. 28).

Os gregos contaram esta parte com o advérbio. Os latinos (a quem nós seguimos), distintamente falarão dela, e, segundo eles, não é mais que uma denotação do que a alma padece (p. 29).

O autor também recorre a seus

antecedentes para exemplificar ou explicar as características da língua portuguesa:

[...] que em número são vinte e três [letras] como a dos latinos de quem nós as recebemos (p. 3). Os latinos fazem, às vezes, uma só sílaba com cinco consoantes: como nestas dições scrobs, stirps. A nossa sílaba não passa de três, como vimos nesta diçam atrás: livros, as quais ou aparecem no princípio, como Príncipe, ou no fim, como, rainhas (p. 4).

E os latinos e gregos sentem melhor o tempo das sílabas [...] (p. 4).

Esta dificuldade mais é entre os Latinos e Gregos pela variação dos casos que acerca de nós e dos Hebreus: por que toda a sua é nossa variação: de singular e plural. Os Latinos têm cinco declinações, os Gregos têm cinco outras simples [...] (p.12).

Os latinos têm quatro conjugações, nós, três: as quais conhecemos no modo infinitivo onde eles conhecem as suas (p.21).

Na comparação entre a língua portuguesa, por um lado, e o latim e o grego, por outro, João de Barros destaca algumas particularidades, como se pode observar nos trechos acima. Sobre elas, Monteiro (1997, p. 30) destaca: (a) a perda da noção de quantidade das vogais, (b) a existência do artigo, (c) o desaparecimento das declinações, (d) a redução das conjugações

verbais, (e) a formação da voz passiva analítica, (f) a formação do grau comparativo analítico e (g) o grau aumentativo. Tal estratégia utilizada por João de Barros mostra o reconhecimento da mudança linguística do latim à língua portuguesa, mas coloca esta como uma língua homogênea, o que reflete o ideal nacionalista dos portugueses na época, conforme é defendido por Barbosa e Barbosa (2011, p. 3):

[...] ele [João de Barros] procura mostrar a identidade lusitana através da língua, o que vem a harmonizar-se aos interesses da coroa portuguesa, visto que a língua serviria como um elemento de unidade não apenas nacional, mas também imperial, consolidando a sua dominação.

A relação entre a língua portuguesa e a identidade lusitana é explorada a partir de um ideal de soberania linguístico-social que parte da aproximação da língua portuguesa ao latim (como língua do Império Romano). Esse aspecto da obra de João de Barros será explorado na próxima seção.

### **O ideal de soberania da língua portuguesa**

A composição da abordagem gramatical de João de Barros é caracterizada por diversos aspectos que visam ao destaque da

língua portuguesa em detrimento de outras línguas vernaculares influenciadas ou não pelo latim. Entretanto, a parte que torna mais nítido o discurso de tradição da língua portuguesa (e também de sua gramática) e sua soberania diante de outras línguas é o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*.

*O Diálogo em louvor da nossa linguagem* é uma interação entre um pai e um filho, que têm suas falas marcadas pelos parênteses com as letras (P) e (F). Pelos indícios apresentados no texto, o diálogo é travado entre o próprio João de Barros e seu filho Antônio. O *Diálogo* representa uma estratégia discursiva para exaltar a língua nacional frente às demais e suas respectivas nações, o que é justificado pela expansão territorial de Portugal na época. Dessa forma, como afirma Vicente (2008, p. 30): “à frente de um país que ganhava notório destaque internacional, devido à conquista de novos territórios por meio das viagens ultramarinas, deveria estar um sistema linguístico coeso, caracterizando um povo e uma nação em sua soberania”. Outra característica bastante marcada no *Diálogo* é o caráter

pedagógico relacionado à defesa da importância de se ensinar a língua portuguesa como língua materna.

O conteúdo do *Diálogo* é abrangente e perpassa as esferas históricas, mitológicas, bíblicas e pedagógicas. Inicialmente, há uma especulação sobre a origem das línguas, ou seja, sobre qual seria a primeira língua falada no mundo. O argumento para isso é buscar o fundamento para a língua portuguesa, como revela o autor no trecho que segue: “E por que acerca de qual foi a primeira linguagem do mundo nas escolas anda grande questão: *adhuc sub iudice lis est.*, primeiro que tratemos da nossa, quero repetir esta questão do fundamento pois nela está todo nosso edifício” (p. 51).

Para percorrer a abordagem da origem das línguas, João de Barros vai até a reflexão sobre a origem do homem. Assim, conta a história da obra *Metamorfoses*, de Ovídio, revelando o seu conhecimento e a sua afiliação aos textos clássicos, os quais eram ensinados naquela época. Também faz referência a Adão, às Sagradas Escrituras (p. 52) e à Babilônia, dizendo que a linguagem era só uma, mas

que depois houve setenta e duas linguagens em função do pecado. E há o questionamento: “a que povo ficou a [língua] que Adão falava?” (p. 53) e há a indicação de que essa língua está repartida no mundo.

Na sequência dessa conversa, João de Barros revela um caminho de línguas até chegar à “língua derradeira” (p. 53): o latim. E, assim, chega à afirmação da semelhança a uma das três línguas primordiais do mundo (grego, hebraico e latim), sendo a língua portuguesa filha do latim: “Que se pode desejar na língua portuguesa que ela tenha? Conformidade com a latina? Nestes versos feitos em louvor da nossa pátria, se pode ver que tem [...]” (p. 54).

Mais adiante, o autor afirma que, ao saber latim, é possível compreender todas as línguas presentes na época e, principalmente a língua portuguesa: “Ai começarás tu a sentir o louvor da nossa linguagem: que sendo nossa entenderá o latino porque é sua esta prerrogativa sobre todas as linguagens presentes” (p. 54).

Após abordar as diferenças entre as línguas da época e a proximidade com o latim – dentre

as quais a língua portuguesa seria a que mais se assemelharia –, João de Barros argumenta sobre as questões pedagógicas relacionadas ao ensino da gramática, afirmando a necessidade do mesmo e atrelando-o ao poder dos latinos:

Quero dizer, que Túlio, César, Lívio, e todos os outros a que chamamos fonte de eloquência, nunca aprenderam língua latina, como a grega: por que era sua natural linguagem, tão como o povo romano, como vemos que a nossa e ao povo de Lisboa, mas souberam a gramática dela. Esta lhe ensinou que coisa era o nome, e quantas qualidades e figuras tinha, os tempos, e modos do verbo, e todas as partes que regem e são regidas: com mais acidentes e regras que a língua latina tem. Destas coisas foram os latinos tão curiosos, por apurar a sua língua, e a igualar à grega (donde eles tomaram parte de sua eloquência) [...] Estes e outros tão graves e doutos barões, em cuja mão e arbítrio estava o estado e regimento do mundo, assim houvera este exercício por glorioso, que na força de suas conquistas e armas ali o exercitaram. E acerca deles, se **estimava a vitória que a sua língua tinha, e ser recebida de todas as bárbaras nações, que se submeteram ao jugo do seu império** (p. 57) [grifo nosso].

A relação entre o poder do império e o poder da língua latina está presente durante

todo o *Diálogo*. Nessa direção, o discurso de João de Barros ao defender o ensino da gramática para os portugueses a partir da referência aos latinos é uma forma de submeter a sociedade da época ao ideal de expansão do Império Português e de sua soberania. O trecho final do excerto citado acima fundamenta a ideia de que a vitória estava atrelada à língua e a consequência era a submissão das nações bárbaras ao império.

Na comparação do autor, tal como ocorreu com o Império Romano, seria o Império Português:

As armas e padrões portugueses postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são, e pode-as o tempo gastar, pero não gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras deixarem (p. 58).

Como se observa, João de Barros associa a dominação dos portugueses na expansão territorial à doutrina, aos costumes e à linguagem. Sob essa ótica, o discurso da relação entre tradição e poder é referendado por um elemento histórico de grande peso vigente na época, isto é, o período do Renascimento. Assim, o ideal

de soberania da língua portuguesa é comparado aos grandes feitos do Império Romano e à soberania da língua latina naqueles séculos, que jamais foi esquecida.

### **Considerações finais**

A primeira verdadeira gramática da língua portuguesa é elaborada com base no modelo da gramática greco-latina e o seu objetivo reflete os ideais vigentes na época do Renascimento em Portugal. Como foi exposto neste estudo, João de Barros configura a sua obra de acordo com o formato da abordagem gramatical greco-latina – com as partes da gramática bastante próximas –; descreve o sistema gramatical da língua portuguesa com a nomenclatura greco-latina; compara as características da língua portuguesa ao latim; e, busca uma aproximação histórica entre as duas línguas ao se referir ao poder que o latim exerceu durante o Império Romano, de modo a incentivar o ensino gramatical da língua portuguesa com o argumento de soberania a partir de uma língua única e homogênea.

Dessa forma, a *Gramática da língua portuguesa (1540)* é bem

mais do que um manual didático sobre a língua portuguesa. Em sua composição (com *A Cartinha, a Gramática da Língua Portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*), estão presentes o reflexo do período histórico em que Portugal vivia na época da expansão territorial e, de igual modo, a ideologia da relação entre língua e poder. Portanto, o discurso gramatical sobre a língua portuguesa em sua origem se configurou como uma ferramenta política, ideológica e territorial, cuja “inspiração” vinha do histórico da língua-mãe (o latim).

Se essa característica deixou resquícios no que se entende por gramática e ensino nos dias atuais, especialmente no Brasil, é algo que pode ser investigado em trabalhos futuros. Por hora, destaca-se a importância de se compreender uma obra de cunho gramatical a partir do contexto histórico em que foi produzida e a qual finalidade ela servia naquele momento. A obra de João de Barros auxilia, nesse sentido, à compreensão das origens dos estudos gramaticais sobre a língua portuguesa.

### **Referências**

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni

- Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- BARATIN, M. Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ, J. & DESMET, P. (ed.) **Florilegium historiographiae linguisticae** – Études d'historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy. Louvain-la-Neuve: Peeters, 1994.
- BARBOSA, V.S.; BARBOSA, M.G.S. João de Barros: contribuições à língua portuguesa. **Anais do V Colóquio Internacional Educação e contemporaneidade**. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/Bt6ria>. Acesso em 12 dez.2013.
- BARROS, J. **Grammatica da lingua portuguesa** / [João de Barros]. - Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiū [m], Typographum, 1540. Disponível em: <https://goo.gl/bVjEKx>. Acesso em 20 out. 2013.
- BARROS, D.L.P. O discurso da norma na gramática de João de Barros. **Alfa** – São Paulo, v.45, 2001, pp. 11-32.
- BUESCU, M. L. C. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Portugal: Livraria Bertrand, 1978.
- CABRAL, A.L.T.; PANTALEONI, N. **Gramática de João de Barros: contexto histórico e conceitos teóricos**. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/eK9rzF>. Acesso em 2 jan 2014.
- CANTÓ, J. Los *grammatici*: críticos literarios, eruditos y comentaristas. In: CODOÑER, C. **Historia de la Literatura Latina**. Catedra, 1997, pp. 741-753.
- DESBORDES, F. *Concepções sobre a escrita na Roma antiga*. São Paulo: Ática: 1995.
- DI BENEDETTO, V. Dionisio Trace e la *techne* a lui attribuita. In: **Annale della Scuola Normale Superiore di Pisa**, v. II, 1958, pp. 27-28; 169-210.
- FORTES, F. S. A Linguística e sua história ou: como os linguistas olham para a Antiguidade? In: SILVA, R. G. A. *et al.* **Ciências humanas em debate**. Recife: EdUFRPE, 2011, pp. 132-166.
- LAW. V. The romam grammarians. In: LAW. V. **The insular latin grammarians**. The Boydell Press, 1987.
- LUHTALA, A. **Grammar and Philosophy in Late Antiquity**. Studies in the history of language sciences. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.
- MONTEIRO, J. L. As ideias gramaticais de João de Barros. **Revista de Letras**. V.19. n. 1/2. jan. dez. 1997. Disponível em: <https://goo.gl/3GV8CV>. Acesso em 12 dez. 2013.
- NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC (Brasília): Editora Universidade de Brasília, 1987.
- VICENTE, C. P. **Dois diálogos no Renascimento Português: João de Barros e Gândavo**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008.